

## **Nota pública contra a urgência na tramitação do PLC 37/2013 que altera a lei de drogas**

Há algumas semanas, protestos tomam conta das ruas do Brasil. As diversas demandas da sociedade civil em torno de causas históricas de interesse coletivo demonstram que o debate sobre o que a sociedade quer não é exclusividade de partidos políticos, ONGs ou movimentos sociais organizados. É inegável o caráter histórico dos últimos acontecimentos.

É importante ressaltar, porém, que esse saudável cenário de participação democrática no debate público não pode servir de justificativa para que o Legislativo aprove, a toque de caixa, e com apoio do Governo, importantes projetos de lei sem o devido debate com os diferentes atores envolvidos, sejam eles organizados ou não. Fomos todos surpreendidos com a recente decisão de colocar em regime de urgência o PLC nº 37/2013 (antigo PL 7663/2010) – que reformula o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas – “para responder as reivindicações por segurança” que estariam sendo feitas nas ruas.

O PLC 37/2013, sob o pretexto de atualizar a legislação de drogas, aprofunda a já fracassada política criminal brasileira sobre o tema e despreza as lutas históricas por avanços na saúde pública, interrompendo avanços na política antimanicomial, promotora de cidadania e avessa à tortura. Ele será um instrumento catalisador do estigma carregado por pessoas em sofrimento, da política de encarceramento em massa de pobres, da criminalização dos usuários, presos indistintamente como traficantes, da indústria de internações forçadas, sabidamente ineficazes como tratamento, e da priorização da atenção em comunidades terapêuticas religiosas, que, pouco fiscalizadas, afiguram-se como perigosos locais de segregação e maus-tratos. Trata-se de um projeto que aumenta significativamente os custos do Estado, ao mesmo tempo em que reduz, drasticamente, o respeito aos direitos individuais das pessoas em situação de vulnerabilidade e sofrimento.

O projeto de lei em questão não representa o anseio da sociedade civil e nem encontra abrigo nas melhores práticas internacionais e nacionais sobre o tema. No processo de tramitação do projeto na Câmara, houve a exclusão das considerações estatísticas, técnicas, científicas e jurídicas que devem guiar qualquer construção de política pública, e foram ignoradas as considerações técnicas de vários ministérios do governo, entre eles o Ministério da Saúde, Ministério da Justiça e Secretaria de Direitos Humanos, que opinaram inicialmente pela rejeição absoluta do projeto. O debate sereno sobre um projeto de lei de tamanha importância é fundamental para que as distâncias existentes entre os poderes constituídos e a sociedade civil sejam finalmente reduzidas, e não aprofundadas, como ocorrerá caso o açodamento se sobreponha ao debate.

Diante de todo o exposto, as entidades abaixo assinadas vêm a público exigir a retirada do caráter de urgência na tramitação do PLC 37/2013, sendo fundamental a atuação responsável dos senhores congressistas, bem como do Executivo, fazendo valer seu anunciado compromisso de escuta e diálogo democrático.

ABRASCO- Associação Brasileira de Saúde Coletiva

ABRASME- Associação Brasileira de Saúde Mental

ACAT – Ação dos Cristãos para Abolição da Tortura

Advogados sem Fronteiras Brasil

Articulação Justiça e Direitos Humanos – Jusdh

Associação Brasileira de Estudos Sociais do Uso de Psicoativos- ABESUP

Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos Sobre Drogas – ABRAMD

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT  
Associação pela Reforma Prisional – ARP  
Bloco Planta na Mente  
Casa de Acolhimento Os Seareiros  
CEBES – Centro Brasileiro de Estudos em Saúde  
CEBRID - Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas,  
Centro de Atenção Psicossocial de Canoinhas - CAPS I  
Centro de Convivência É de Lei  
Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes  
Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas – CETAD/UFBA  
Centro de Referência à Infância – INCERE/CE  
Centro de Referência sobre Drogas e Vulnerabilidades Associadas/UnB  
Centro Internacional de estudos e Pesquisa sobre a Infância - CIESPI/PUC-Rio  
Coletivo Antiproibicionista Princípio Ativo  
Coletivo Desentorpecendo a Razão – DAR  
Coletivo Plantando Informação  
Comissão Brasileira sobre Drogas e Democracia – CBDD  
Conectas Direitos Humanos  
Conselho Regional de Serviço Social/RJ  
Conselho Federal de Psicologia – CFP  
Conselho Federal de Serviço Social – CFESS  
Conselho Nacional de Saúde  
Conselho Regional de Psicologia de Mato Grosso do Sul 14ª Região  
DDH – Defensores de Direitos Humanos  
Equipe Clínico Política  
Escola Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia  
Federação Nacional dos Farmacêuticos  
Fórum Intersetorial de Drogas e Direitos Humanos de São Paulo  
Frente Estadual Drogas e Direitos Humanos/RJ  
Frente Estadual Drogas e Direitos Humanos/RS  
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)  
Growroom  
Grupo Interdisciplinar de Estudos Sociais de Psicoativos – GIESP  
Grupo Tortura Nunca Mais/RJ  
IBCCRIM – Instituto Brasileiro de Ciências Criminais  
IDDD – Instituto de Defesa do Direito de Defesa  
Instituto Igarapé  
Instituto Pro Bono  
Instituto Sedes Sapientiae  
Instituto Sou da Paz – SDP  
ITTC – Instituto Terra Trabalho e Cidadania  
Justiça Global  
Movimento pela Legalização da Maconha  
Movimento Psicanálise Autismo e Saúde Pública (MPASP)  
NEIP - Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos  
Núcleo de Estudos Avançados de Álcool e outras Drogas- NEAAD/CETAD/UFBA  
Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (Neip)  
Núcleo de Situação Carcerária da Defensoria Pública de São Paulo  
Pastoral Carcerária Nacional  
PROAD - Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes da Unifesp

Psicotropicus - Centro Brasileiro de Política de Drogas  
Rede Estadual de Saúde Mental e Economia Solidaria/SP  
Rede Justiça Criminal  
Rede Pense Livre - por uma política de drogas que funcione  
REDUC - Rede Brasileira de redução de danos e direitos humanos  
RENILA - Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial  
ResPire Redução de Danos  
SBNeC - Sociedade Brasileira de Neurociências e Comportamento  
UNE - União Nacional dos Estudantes  
Viva Rio